



---

## 20 ANOS DO GT21 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA ANPEd

Débora Cristina de Araujo | UFES/ PPGE  
Ana Cristina Juvenal da Cruz | UFSCar/ PPGE

### RESUMO:

O Grupo de Trabalho (GT) 21 da ANPEd, intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais, celebra, no ano de 2021, seus 20 anos de existência. Para solenizar a data e rememorar o GT, este artigo se volta para a memória do GT 21, a partir de um retrato contemporâneo do perfil das pessoas associadas e/ou participantes de ações do grupo de trabalho. Tal intento permite avaliar a história do grupo e projetar o futuro de um GT vinculado a uma das associações de pesquisa em educação mais importantes do Brasil. Os dados aqui apresentados derivam de uma consulta realizada no ano de 2020, por meio de um questionário online com os objetivos de traçar o perfil do GT21.

**Palavras-chave:** GT 21 ANPEd. Relações Étnico-Raciais. Educação. Questionário.

## 20 YEARS OF GT21 EDUCATION AND ETHNIC RELATIONS AT ANPEd

### ABSTRACT:

The ANPEd, research association working group called 21, Education and Ethnic-Racial Relations, celebrates, in 2021, 20 years. To celebrate the date and recall, this article turns to the memory of the group, based on a contemporary portrait of the profile of people associated and/or participants in the work group's actions. Such intent allows us to assess the group's history and project the future linked to one of the most important education research associations in Brazil. The moment presented here derive from a consultation carried out in 2020, through an online questionnaire.

**Keywords:** GT 21 ANPEd. Ethnic-Racial Relations. Education. Forms.

## INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho (GT) 21 da ANPEd, intitulado Educação e Relações Étnico-Raciais, celebra, no ano de 2021, seus 20 anos de existência. Em comemoração à data,



suas pesquisadoras e pesquisadores se voltam para a memória do GT 21, de modo a avaliar a história do grupo, da sua produção e de projetar seu futuro no interior de uma das associações de pesquisa em Educação mais importantes do Brasil.

Tal movimento se faz primordial, não apenas pelas duas décadas do GT21, mas pelo momento histórico e político em que esse aniversário acontece. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de estarmos vivenciando uma pandemia em decorrência do novo Coronavírus (Covid 19), a qual, sob várias perspectivas analíticas, expõe e acentua as desigualdades sociais e raciais que estruturam o Brasil. Isso se dá não apenas pelo número absurdamente subnotificado de pessoas acometidas e mortas pela doença da Covid-19, cuja parte significativa pertence à população negra brasileira, mas também pelos efeitos econômicos que afetam em especial essa população, a qual ocupa as camadas mais empobrecidas da sociedade. Em segundo lugar, ao nos debruçarmos sobre os efeitos da pandemia em várias esferas, observamos o fracasso do país em combater seus impactos. De modo específico ao campo da educação, as propostas de ensino remoto e/ou híbrido impostas pela pandemia mostraram-se um imperioso insucesso. Em aspecto mais amplo, perspectivas analíticas presumiram que o contexto da pandemia nos levaria a rever e promulgar as transformações necessárias em nossas formas de vida.

De maneira geral, dentre as muitas propostas que pensam tais mudanças, há o reconhecimento de que não será possível constituir saídas para a pandemia a partir de modelos que formam e informam os modos como nos reconhecemos, falamos, trabalhamos e desejamos, sem observar os modos inegáveis a partir dos quais as desigualdades de gênero, étnicas, raciais, de sexualidade, religiosas, etárias e tantas outras não forem equacionadas. Para tanto, é irrefutável compreender as maneiras pelas quais essas diferenças tornaram-se base de sustentação de preconceitos e discriminações. A esse respeito, cabe destacar o trabalho de intelectuais, ativistas de vários movimentos que formam e informam a sociedade sobre tais desafios. Um deles é o Movimento Negro, que sempre foi espaço de formação para a sociedade brasileira



(GOMES, 2020). Sob tal aspecto, o GT 21, que é composto por pessoas com formação e proximidade com entidades e grupos do Movimento Negro, contribui na função de produção do pensamento e da intelectualidade, assumindo responsabilidades de enfrentamento das discriminações aqui destacadas, junto à sociedade brasileira.

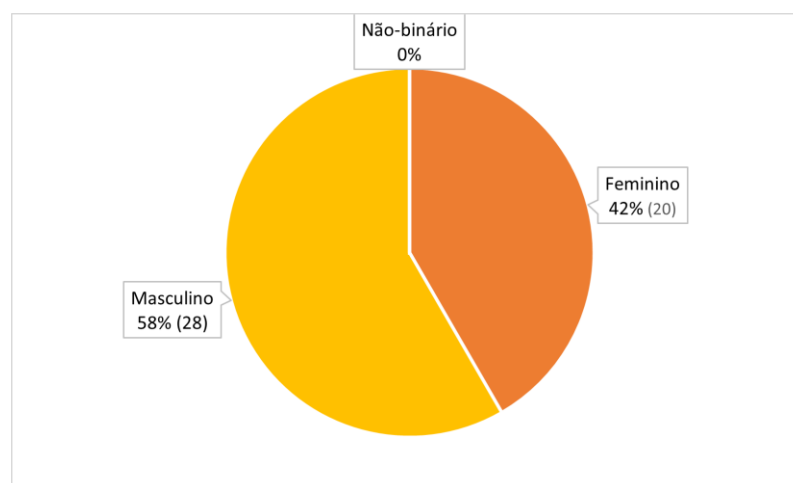
Foi a partir desse princípio vital que a ANPEd passou a contar, mais fortemente desde a década de 1990, com a presença de intelectuais negras/os e não negras/os cujas pesquisas e inserções acadêmicas se davam no campo das relações étnico-raciais e educação. Tais incursões perpassavam por temas relativos às matrizes teóricas e epistemológicas plurais das relações étnico-raciais e indígenas que exigiam destaque a essas temáticas no interior da Associação.

Assim nasce o GT 21, criado na 24ª Reunião Anual da Associação, em 2001, na gestão da Professora Dra. Nilda Alves. A formação do GT 21 teve espaço após vinte e seis anos da fundação da ANPEd. Inicialmente foi criado como Grupo de Estudos 21 (GE 21), denominado "Relações Raciais/Étnicas e Educação", e sua formalização se deu pelo apoio de mais de quinhentas pessoas associadas individuais e por inúmeras instituições de pesquisa científica, iniciando oficialmente suas atividades durante a 25ª Reunião Anual da ANPEd, em 2002. Dois anos depois dessa formulação, foi alçado à categoria de Grupo de Trabalho (GT), recebendo duas novas denominações: "Educação e Relações Étnico-Raciais" e "Afro-Brasileiros e Educação", sendo a primeira como a denominação contemporânea. Ao longo dessas duas décadas, um movimento interno de interpretações de ordem política e epistemológica entre integrantes do GT, bem como a abertura para a receptividade de trabalhos que abordassem a temática indígena e de outros grupos étnicos, foi se concretizando como presente na essência do GT 21.

## RETRATO DO GT21 EM SEUS 20 ANOS DE EXISTÊNCIA

No ano de 2020, com o objetivo de traçar o perfil do GT e atualizar cadastros, a gestão 2019-2021 do GT 21<sup>1</sup> submeteu às pessoas associadas um questionário online com questões de natureza diversa e que serão discutidas nesta seção. Os dados que serão aqui apresentados<sup>2</sup> derivam desse questionário divulgado por meio do grupo de e-mail do GT21<sup>3</sup>, que ficou disponível para preenchimento entre os meses de abril a agosto de 2020, e teve uma adesão de 48 pessoas ao todo. Cabe destacar, de modo imprescindível, que não se trata de estabelecer que todas as pessoas que circulam pelo GT21 tenham preenchido o questionário, já que uma das características mais marcantes na ANPEd é a sazonalidade, ou seja, percebe-se que as pessoas se mobilizam de modo mais efetivo a participar nos momentos em que as atividades da ANPEd ocorrem em suas regiões, o que leva a uma catalisadora de participação.

Figura 1: Gênero



Fonte: Tabulação própria

<sup>1</sup> Gestão 2019-2021 do GT 21: Coordenação de Eugênia Portela de Siqueira Marques (UFGD); Vice-coordenação de Ana Cristina Juvenal da Cruz (UFSCar); Comitê Científico: Silvani dos Santos Valentim (CEFET – MG); Débora Cristina de Araujo (UFES); Lucimar Rosa Dias (UFPR).

<sup>2</sup> Todos os gráficos apresentados no artigo foram elaborados pela Autora 1 deste artigo.

<sup>3</sup> Trata-se do grupo virtual “anped\_gt21@googlegroups.com”.



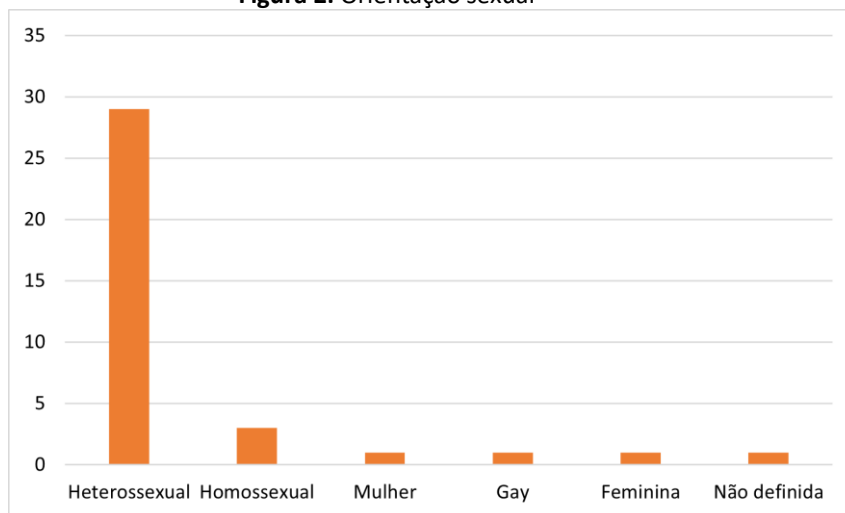
Sobre a pergunta fechada acerca do gênero (com as opções “feminino”, “masculino” e “não binário”), ficou evidente uma relativa paridade entre os gêneros feminino e masculino no GT 21, já que 48 das pessoas respondentes 58% assinalaram feminino e 42% masculino. Observando nuances dessa declaração, chamaram atenção alguns aspectos, quando entrecruzados com a declaração sobre orientação sexual e identidade de gênero (com opção para respostas abertas). Na Figura 2, que aponta os dados sobre a pergunta aberta acerca da orientação sexual, a presença majoritária é de pessoas que se autodeclararam heterossexuais (80,5%), em relação a 11,1% que se declararam homossexuais<sup>4</sup>. Destaca-se que, das 48 pessoas respondentes do questionário, apenas 36 preencheram tal pergunta. E observando a relação conceitual entre orientação sexual e identidade de gênero, é possível constatar escolhas diversas no modo de se autodeclarar: um exemplo na Figura 2 foram as respostas “mulher” e “feminina” (1 respondente em cada) para a pergunta sobre orientação sexual. E tais escolhas conceituais foram acentuadas na Figura 3, com pergunta aberta sobre a identidade de gênero, em que houve apenas 34 respondentes e com declarações diversas: cisgênero (11 pessoas, incluindo nuances na autodeclaração<sup>5</sup>: 1 “Homem cisgênero”; 1 “mulhercis”; 1 “Cis masculino”); feminino/a (9 pessoas); homem (1 pessoa); mulher (5 pessoas); não definida (1 pessoa).

---

<sup>4</sup> Neste percentual incluímos a declaração “Gay”: 1 respondente.

<sup>5</sup> No Gráfico 3 tais nuances foram computadas como “Cisgênero”.

**Figura 2:** Orientação sexual

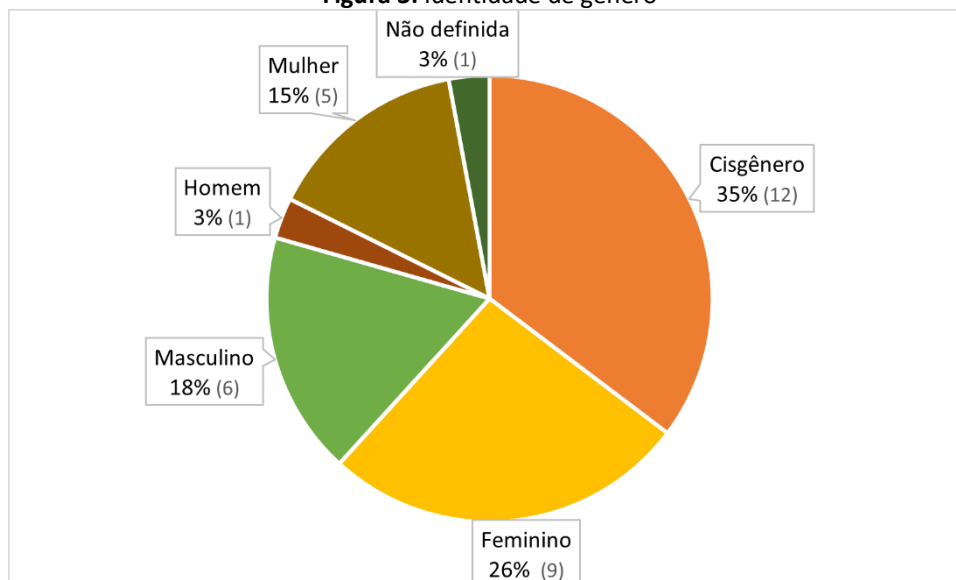


Fonte: Tabulação própria

O maior destaque, nesse panorama, relaciona-se à ausência de pessoas trans autodeclaradas. Tal ausência deve ser um ponto de avaliação, já que se trata de um grupo de trabalho que reúne pesquisas sobre um eixo de desigualdade estrutural que, em linhas gerais, opera em relações de interseccionalidades com gênero, classe e idade. Ainda que exista na ANPEd um grupo específico que trata das questões de gênero e sexualidades<sup>6</sup>, cabem, no âmbito do GT 21, análises e reflexões mais pormenorizadas, sobretudo a partir do que apontam autoras como Sueli Carneiro (2003) acerca da necessidade de se “enegrecer” o feminismo, considerando que “[...] o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 118). E especialmente em relação à orientação sexual e identidade gênero, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020, p. 49) problematiza como, ao longo da história, “[...] o movimento negro não pautava discussões de gênero e sexualidade, da mesma maneira que o movimento LGBT era avesso às discussões sobre racismo [...]”.

<sup>6</sup> GT 23 Gênero, sexualidade e educação, criado como GE em 2003.

**Figura 3: Identidade de gênero**



Fonte: Tabulação própria

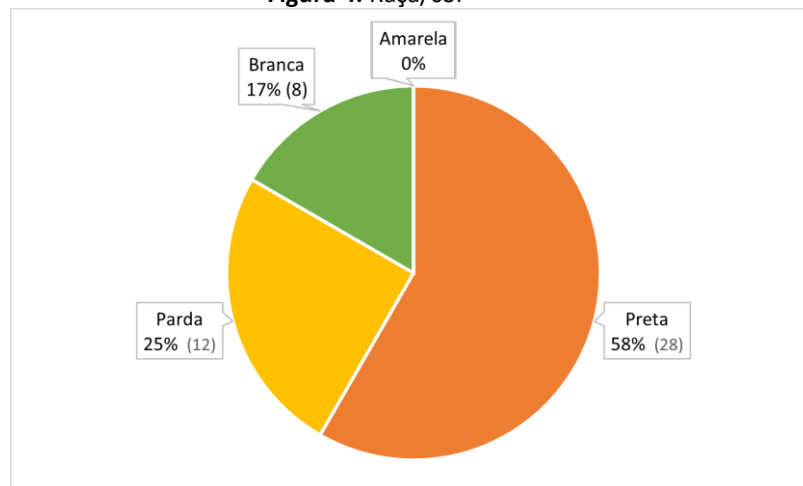
Já no quesito raça/cor<sup>7</sup>, as 48 pessoas responderam, indicando um perfil já previsto no GT 21: a predominância de pessoas negras, sendo 58% pretas, 25% pardas e 17% brancas. Mesmo ratificando o que já foi informado (de que este levantamento realizado por meio de questionário online não capte todo o percurso de pessoas que passam pelo GT21), uma ausência tornou-se destaque: a de pessoas autodeclaradas indígenas. Isso aponta a uma indagação: qual o perfil étnico-racial das pessoas que vêm, ao longo dos últimos anos, apresentando trabalhos (ainda que em proporção reduzida) sobre a temática indígena? Ainda que nos opondo ao cerceamento de pesquisas, ou seja, considerando que as pessoas podem e devem ser livres para decidirem sobre suas opções de estudos, respeitando inclusive o princípio de liberdade de cátedra, a questão aqui abre para outro caminho. Trata-se de pensarmos se e em que medida estamos fortalecendo e criando condições para que pessoas indígenas se insiram nos círculos acadêmicos ainda restritos, como o da pós-graduação, em que a participação em associações como a ANPEd requer uma pecúnia ainda inalcançável para uma parcela de

<sup>7</sup> Resposta fechada seguindo os itens de opção do IBGE: preta, parda, branca, amarela, indígena.

peças na universidade. No entanto, embora se registre essa ausência de autodeclaração, cabe destacar, por outro lado, o aumento de trabalhos submetidos no GT 21 com a temática indígena a cada edição de reuniões nacionais.

E ainda sobre o quesito raça/cor do perfil de respondentes do questionário, outro destaque, desta vez positivo, refere-se ao contingente numérico de pessoas pretas, inclusive em sobreposição a pardas, aspecto que destoa dos índices de acesso ao ensino superior, à pós-graduação<sup>8</sup> e também à profissão de docente de IES no Brasil. E agravado por questões conceituais envolvendo as nuances do perfil da pessoa parda no Brasil, é positivo reconhecer que pessoas pretas, ao lado de pardas (para compor o contingente de negros/as), compõem a maioria de integrantes em uma associação de pós-graduação de expressão nacional. Por outro lado, destaca-se a baixa presença de pessoas brancas e a total ausência de autodeclaradas amarelas.

**Figura 4: Raça/cor**



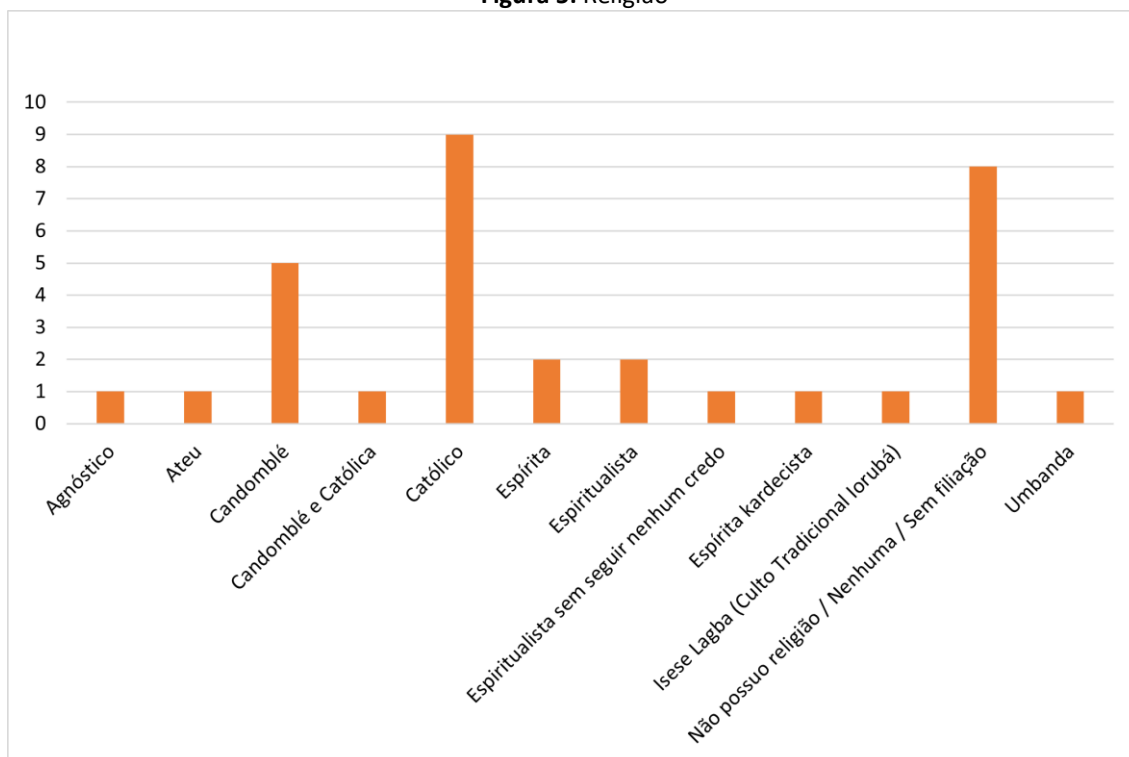
Fonte: Tabulação própria

<sup>8</sup> Dados do artigo “Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira”, de Amélia Artes (2018, p. 7) mostram que no Censo Demográfico de 2010 pretas/os representavam apenas 4,3%, enquanto pardos/as eram de 20,6%.



No quesito religião, apenas 34 pessoas responderam, indicando a predominância do catolicismo (9 respondentes), seguido de 8 respondentes com os termos “Não possuo religião”, “Nenhuma”, “Sem filiação”, e 5 pessoas do Candomblé.

**Figura 5:** Religião



Fonte: Tabulação própria

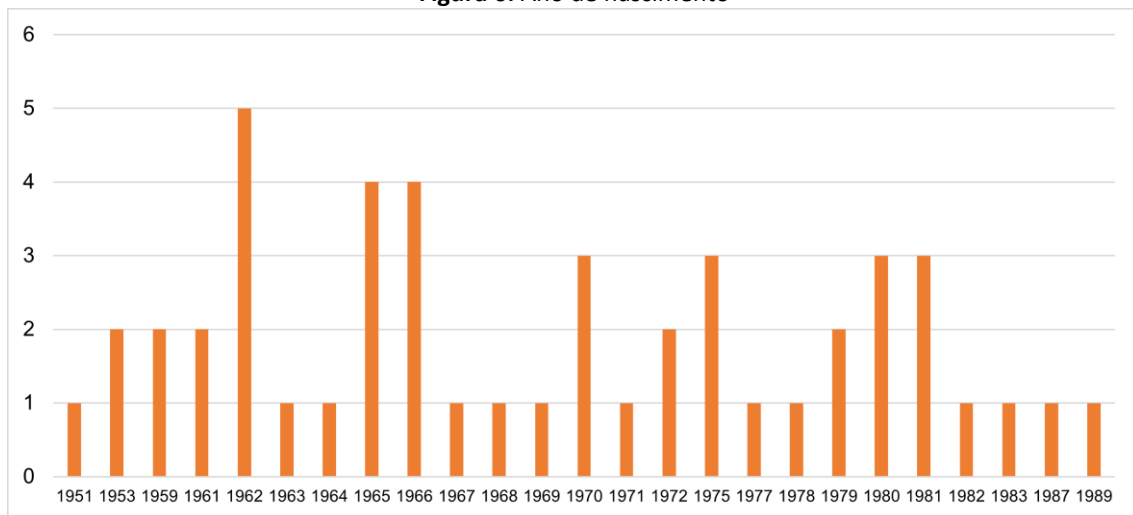
Sobre a pergunta aberta “Possui necessidades especiais?”, 35 pessoas responderam e todas foram unânimes em declarar “Não”. Trata-se de mais um elemento questionável no GT 21: onde estão pesquisadoras e pesquisadores, em sua maioria negras/os, com alguma deficiência? Uma possível resposta seria a possibilidade de estarem em associações específicas ou ainda no GT 15 – Educação Especial. Sob tal contexto, possível lançar uma nova pergunta provocadora: em que medida os GT que não discutem, prioritariamente, questões relacionadas à deficiência – mas que discutem eixos de desigualdade como é o caso do GT 21 –, acolhem potencialmente pesquisadores/as com deficiência? Apesar de que na pós-graduação impere uma exclusão sistemática de pessoas com deficiência, a total ausência neste questionário é



um indício importante sobre os poucos espaços de discussão de temas relacionados à deficiência e relações étnicas e raciais. Embora a condição social de pessoa com necessidade especial não esteja atrelada a esta área de pesquisa, a ausência de sujeitos que pautam o tema pode ser um indício de que não se faz presente de modo efetivo nas discussões do GT 21.

Em relação à faixa etária (Figura 6), há uma distribuição mais equilibrada, com idades predominantes entre 50 a 59 anos, seguidas de 40 a 45 anos. Entre as pessoas respondentes não houve ninguém com idade abaixo de 31 anos.

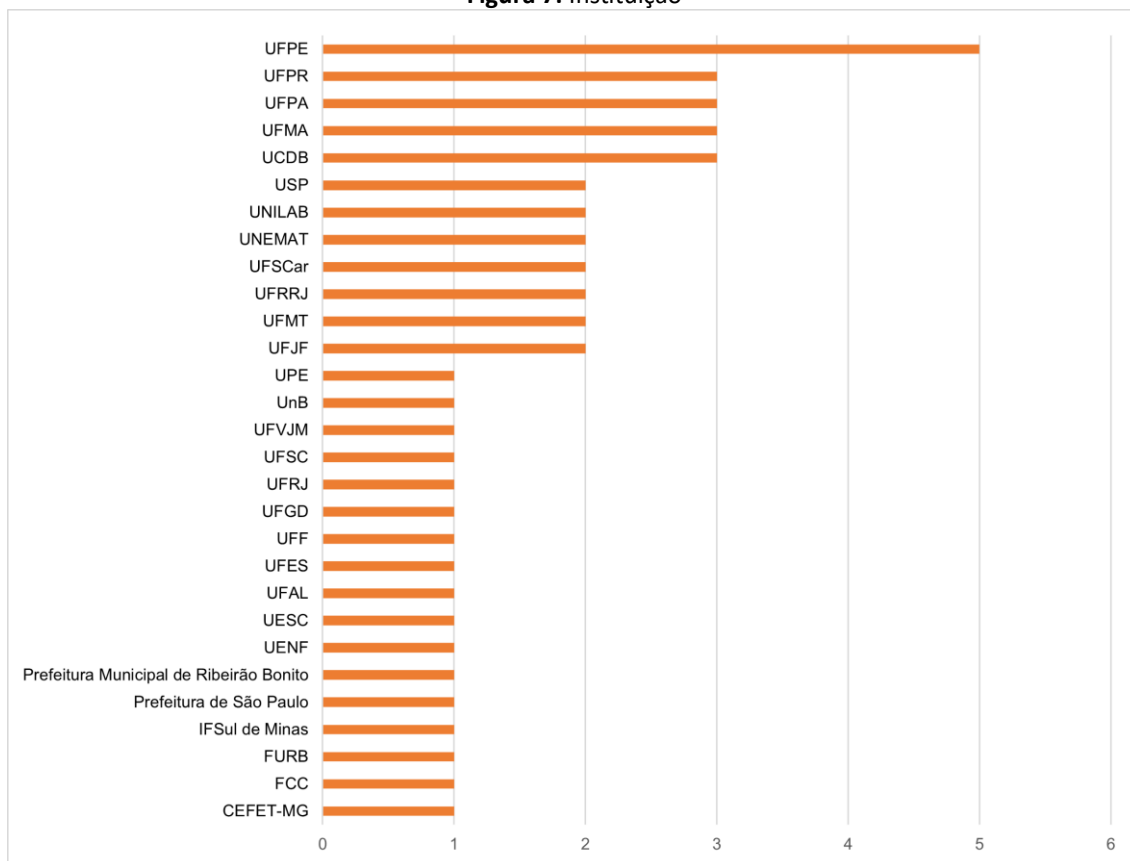
Figura 6: Ano de nascimento



Fonte: Tabulação própria

Em relação às instituições de vinculação, predominaram universidades federais (30 pessoas), seguidas de instituições estaduais e centros ou institutos tecnológicos. Também se fizeram presentes fundações e prefeituras municipais da região Sul e Sudeste do Brasil.

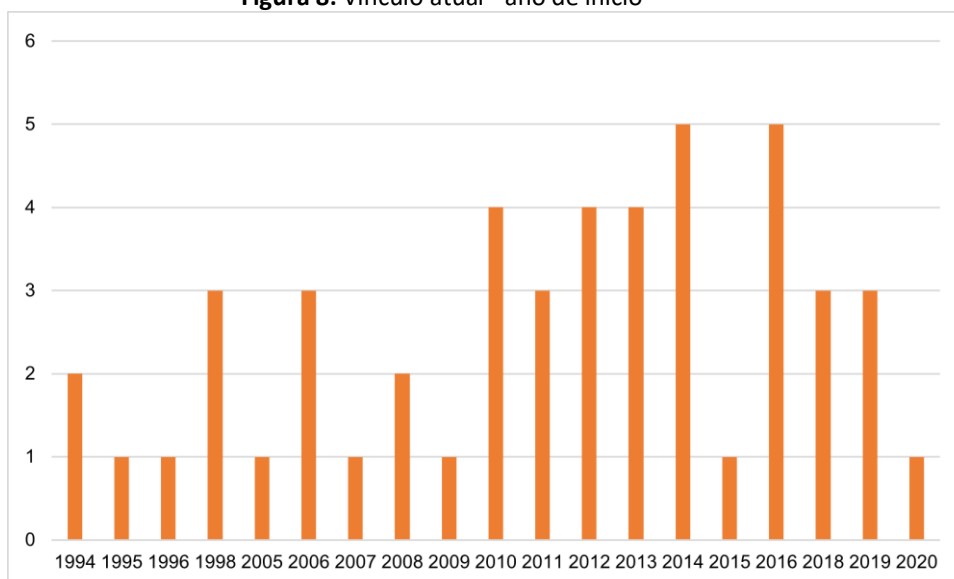
**Figura 7: Instituição**



Fonte: Tabulação própria

Ainda que este vínculo não indique especificamente qual a sua natureza (se docente ou estudante de pós-graduação), em comparação com a Figura 8, é possível verificar que se trata, majoritariamente, de um vínculo recente, tendo a maioria menos de 10 anos.

**Figura 8:** Vínculo atual - ano de início



Fonte: Tabulação própria

A vinculação institucional recente aponta para a potencialidade das Políticas de Ação Afirmativa e da expansão do ensino superior no Brasil. Projeta-se que parte dessas pessoas beneficiou-se de programas de ação afirmativa, iniciadas entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, sejam os de incentivo à entrada na graduação ou de permanência como bolsas em projetos específicos. Em 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados da pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil” indicando que o número de estudantes negros no país superou os 50%. Em 2019, na quinta edição da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (Andifes) publicou que a presença de estudantes cotistas na universidade foi de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018. Destaca-se, ainda, o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, mesmo com percalços, foi implementado entre 2005 e 2017 em 18 universidades federais no Brasil. Também o acesso universalizado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU) permitiu uma ampliação sem precedentes na história brasileira, gerando maior

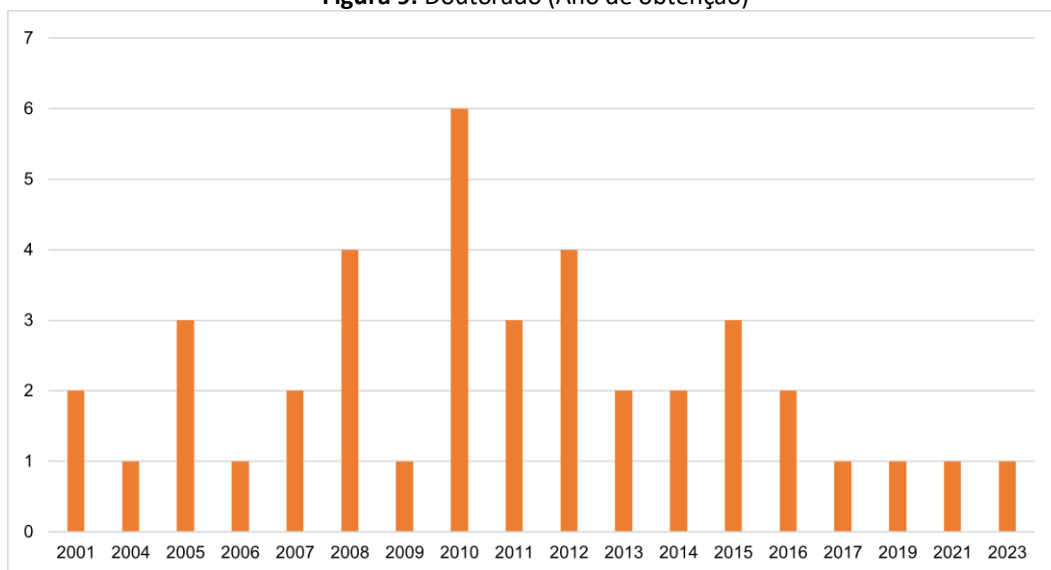


possibilidade de entrada a estudantes derivados/as dos estratos mais empobrecidos, bem como os de diferentes pertencimentos étnico-raciais.

Sobre o questionamento a respeito da vinculação a grupos de pesquisa, 44 pessoas informaram que participam de algum grupo e 10 especificaram que são líderes de grupos. No entanto, é possível que mais respondentes também estejam em posição de liderança, já que a pergunta tinha conteúdo duplo<sup>9</sup> e podem não ter sido respondidas na íntegra.

Sobre a formação acadêmica na pós-graduação, 17 pessoas responderam que cursaram ou estão cursando pós-doutorado; 40 responderam que possuem doutorado e 2 em curso; e 41 responderam que cursaram mestrado. A figura a seguir aborda o ano de obtenção do título de doutorado.

**Figura 9:** Doutorado (Ano de obtenção)



Fonte: Tabulação própria

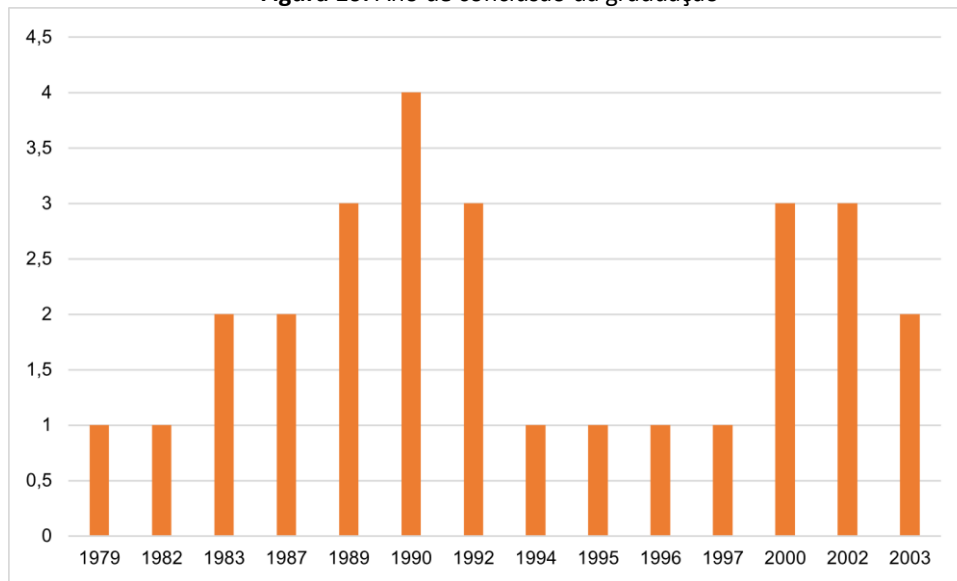
Ainda que haja uma distribuição relativamente equilibrada entre os anos de curso do doutorado, os dados demonstram que todas as pessoas que já concluíram foi

<sup>9</sup> A pergunta, aberta, era: “Em sua instituição participa ou é líder de algum grupo de pesquisa vinculado com temáticas das relações étnico-raciais? Se sim, especificar”



neste século. Mesmo que observamos um aumento de pessoas negras na universidade (já destacado aqui por meio de uma série de políticas de ação afirmativa), quando comparamos à faixa etária predominante entre os respondentes (50 a 59 anos, seguida de 40 a 45 anos) isso, de certa maneira, evidencia ainda a dificuldade de inserção da população negra (maioria dos respondentes) ao ensino superior e em especial à pós-graduação. Tal fato é reforçado ao considerarmos os dados da Figura 10, destinado à apresentação do ano de conclusão da graduação. Embora sejam apenas 29 os respondentes da questão sobre o curso de graduação, predominaram as últimas décadas do século passado como ano de conclusão.

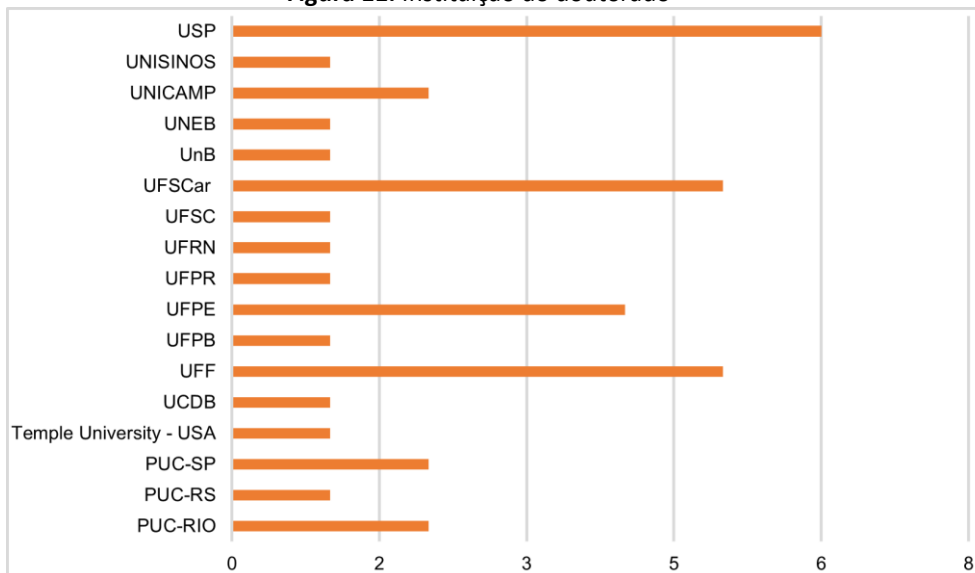
**Figura 10:** Ano de conclusão da graduação



Fonte: Tabulação própria

Ainda sobre o doutorado, infelizmente nem todas as pessoas que indicaram o ano de conclusão indicaram a instituição, por isso a figura a seguir contém apenas 36 das 40 respostas sobre esse nível de formação. As instituições predominantes de doutorado foram USP, UFSCar, UFF e UFPE, portanto a maioria localizada na região Sudeste.

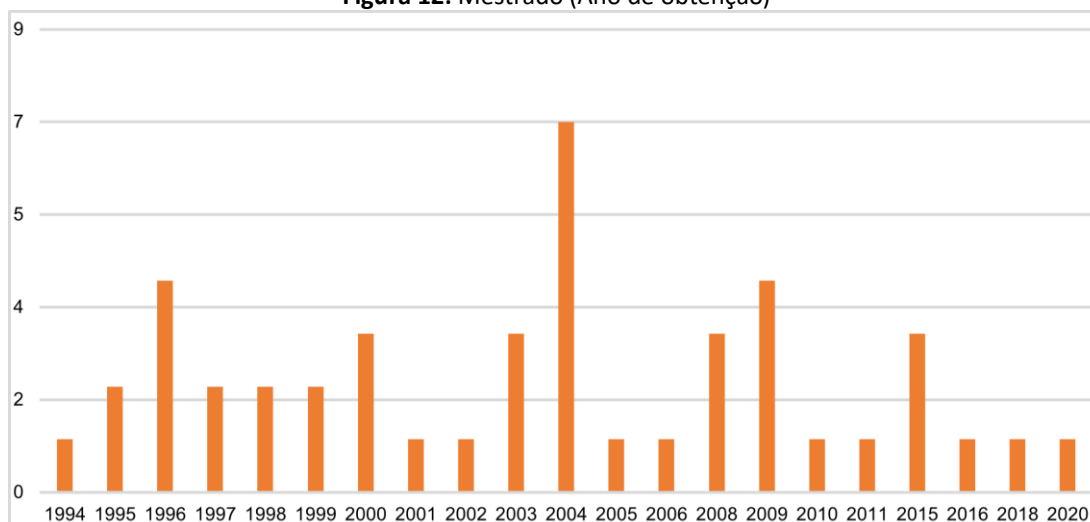
**Figura 11:** Instituição do doutorado



Fonte: Tabulação própria

Já em relação ao ano de conclusão do mestrado (Figura 12), há uma maior distribuição entre décadas do século passado e deste, o que realça apontamentos sobre a dificuldade da população negra de continuar seus estudos em nível de pós-graduação.

**Figura 12:** Mestrado (Ano de obtenção)

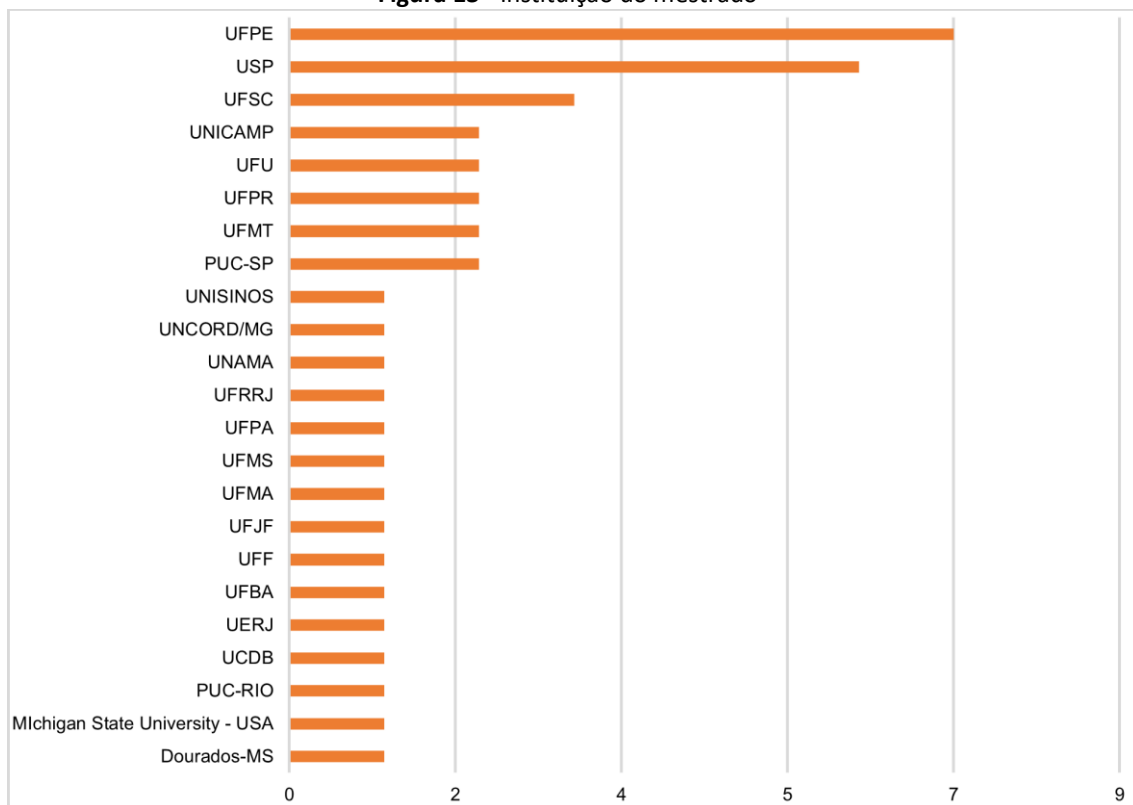


Fonte: Tabulação própria



Da mesma maneira, a diversidade de instituições onde os respondentes cursaram o mestrado é mais distribuída regionalmente, com destaque para a região Nordeste, seguida do Sudeste e Sul.

Figura 13 - Instituição do mestrado\*



Fonte: Tabulação própria

\*Nota: Um dos respondentes não indicou a instituição e sim a cidade: Dourados.

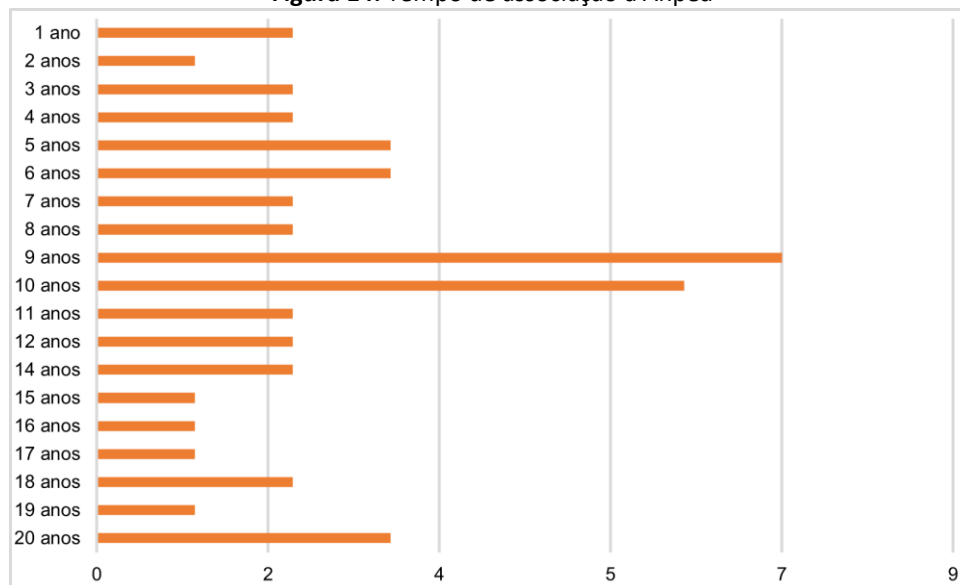
Novamente outro aspecto que denota a disparidade entre cor/raça e formação acadêmica relaciona-se à bolsa produtividade. Dos 48 respondentes, apenas 3 informaram possuir tal bolsa. Cabe discutir as condições de possibilidade de submissão e de obtenção da bolsa, considerando outros fatores como produtividade, tempo de serviço e outros aspectos, em um GT com 20 anos de existência.





Sobre a filiação e participação na ANPEd<sup>10</sup>, destaca-se a participação nas atividades do GT.

**Figura 14:** Tempo de associação à Anped

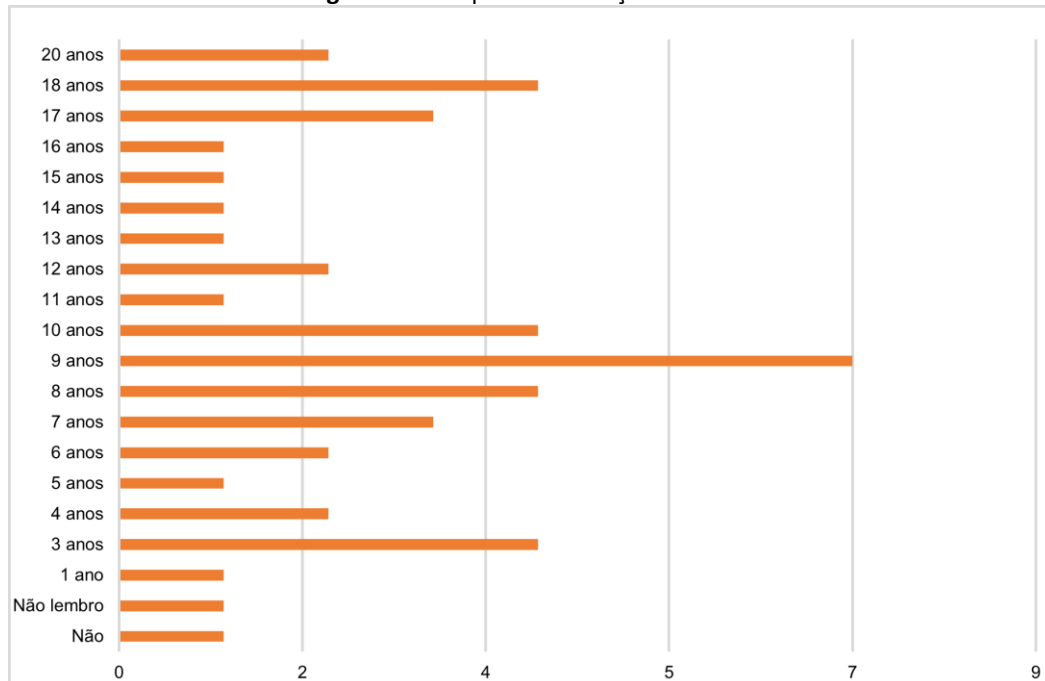


Fonte: Tabulação própria

Das/os 48 respondentes do questionário, 46 responderam sobre o tempo de associação ao GT 21, indicando uma semelhança entre os dados das Figuras 13 e 14. Embora prevaleçam pessoas com 9 anos de associação do GT 21, é equilibrado o número de pessoas entre 17 a 20 anos de vínculo e com bem menos tempo (3 anos).

<sup>10</sup> A pergunta, aberta, foi: “É associada/o à Anped há quanto tempo? (em anos)”

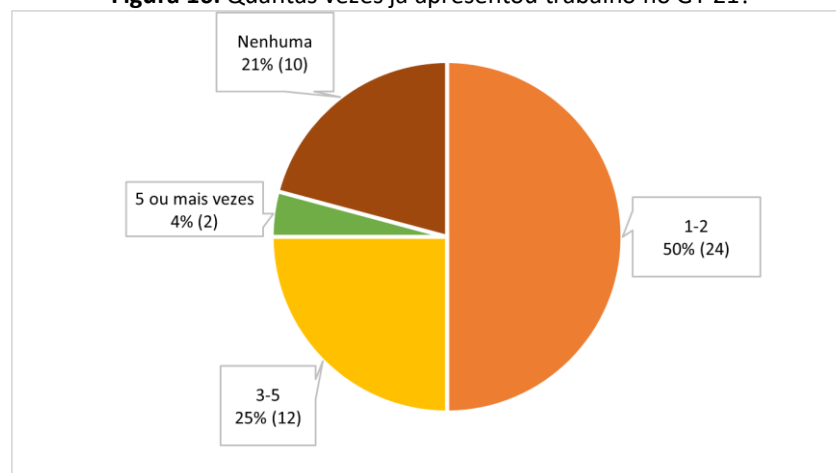
**Figura 15:** Tempo de associação ao GT 21



Fonte: Tabulação própria

As figuras e análises seguintes se debruçam sobre o perfil dos respondentes no GT 21 em relação à pesquisa acadêmica e sua participação em reuniões nacionais e regionais da Anped:

**Figura 16:** Quantas vezes já apresentou trabalho no GT 21?



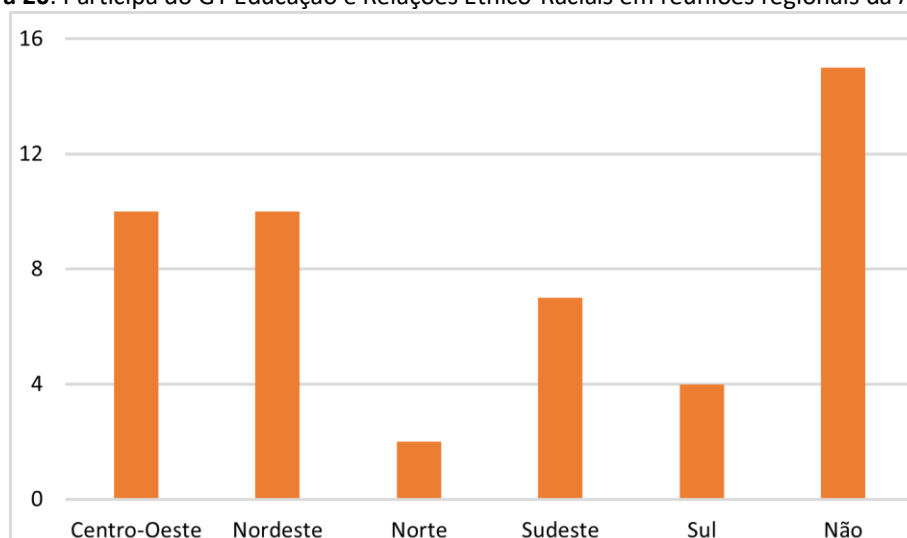
Fonte: Tabulação própria



No que se refere à participação em atividades como comitê científico, coordenação ou na vice-coordenação do GT, 43 pessoas responderam e, dentre elas, 16 indicaram que atuaram em coordenação e comitê científico. Já sobre a atuação como parecerista ad-hoc, a maioria (27) informou que não atuou e algumas pessoas manifestaram, em suas respostas, disponibilidade e interesse.

Em relação à participação no GT 21 em reuniões regionais da Anped, predominou a resposta negativa. Tal dado pode ser interpretado sob duas hipóteses: 1) o caráter mais recente das reuniões regionais e sua consolidação dentro do calendário oficial da Anped; 2) o acesso e divulgação das reuniões regionais, aliado aos altos valores para participação, o que leva muitas pessoas a investirem apenas em eventos nacionais.

**Figura 20:** Participa do GT Educação e Relações Étnico-Raciais em reuniões regionais da Anped?



Fonte: Tabulação própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados apresentados, como já indicado, este texto descreve tão somente um retrato dos 20 anos do GT 21, comemorados no ano de 2021. Não há, neste breve estudo, a pretensão de esgotar o escopo do GT. As duas décadas de sua atuação são impulsionadas pelas mudanças no Brasil, em especial com a educação no ensino



superior. A abertura dessa formação, por meio da adoção de políticas de ação afirmativa, vem contribuindo com a mudança do perfil das pessoas que acessam o ensino superior.

De modo específico, à importância que este momento nos coloca, exigem-se novas considerações. Em 2020, anteriormente à decretação da pandemia da Covid 19, Achille Mbembe lançou o livro *Brutalisme*, no qual traça os mecanismos de um processo em curso cuja força ainda é desconhecida. De modo geral, busca-se constituir os elementos que poderiam produzir um outro “projeto de vida” (MBEMBE, 2020). Tal contexto requisita a compreensão do nosso passado, do modo como o elaboramos não apenas para a celebração, mas para projetar o que urge do nosso presente e do nosso futuro. Como aponta Michel-Rolph Trouillot (1995), nossa dedicação à teoria deve voltar-se às implicações do poder, no que é silenciado e naquilo que é dado a falar. Assim, é com ao insuflar o rompimento com os silêncios, conforme propõe Audre Lorde (2019), o ano de 2021 (de celebração das duas décadas do GT21 da ANPEd) nos impulsiona a pensar os próximos anos. Há que se manter como horizonte a luta pela retomada de projetos, como o "Negro e Educação"<sup>11</sup>, dentre outros, que possibilitaram a formação de pesquisas e intelectuais na temática do GT 21. Há que se mobilizar a luta pela manutenção e ampliação das políticas de ação afirmativa no ensino superior, as quais serão submetidas à avaliação após uma década de implementação da Lei 12.711/2012. Deve-se, na mesma medida, fortalecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), no que se refere às mudanças curriculares para a sua implementação. Há, ainda, os inúmeros desafios contemporâneos colocados para a educação no contexto da pandemia e do pós-pandemia, cuja principal questão é a da ascensão em escala global do modelo de gestão social neoliberal (CRUZ, 2020) e, em

---

<sup>11</sup> O Concurso Negro e Educação, ocorrido em 1999, foi uma ação afirmativa de promoção de pesquisas acadêmicas sobre educação e população negra. O Concurso foi desenvolvido pela Ação Educativa e ANPED, com apoio da Fundação Ford.



nível nacional, de uma política conservadora. A lógica que sustenta esse ethos neoliberal não está apenas no modelo econômico sustentado nas lógicas de radicalização de populações negras e outras que ele projeta e produz. Por isso, a resistência e luta contará com a atuação e articulação do GT 21, cuja história, aqui parcialmente retratada, potencializa e inspira.

## REFERÊNCIAS

- ARTES, Amélia. Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e192454, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e192454.pdf>>. Acesso em: 20/01/2021.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário da Oficial da União**. Brasília, DF, 19 mai. 2004.. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, p. 7-372, 2003.
- CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. Educação e relações étnico-raciais no contexto da pandemia 2020. **Boletim Extraordinário CAAF/Unifesp - Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações**. 2020, p. 4-8.
- FONAPRACE; UFU. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 20/08/2021.
- GOMES, Lino Nilma. A questão racial e no novocoronavirus no Brasil. **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**, 2020, p. 7. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16315.pdf>>. Acesso em: 20/08/2021.
- LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Édition La Découverte: Paris, 2020.
- OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Simões Filho: Devires Editora, 2020.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press. 1995.